

STJ00097075

JOSE RIBAMAR RIBEIRO MALHEIROS

INFANTICÍDIO
CRIME OU FICÇÃO JURÍDICA?

Infanticídio: Crime ou Ficção Jurídica?

Copyright © 2012 Jose Malheiros

1º Edição - Janeiro/2012

1.000 exemplares

Proibida a reprodução deste livro por quaisquer meios, sem a permissão escrita do autor, salvo em breves citações, com indicação de fonte.

Categoria: Direito/Medicina

Revisão e Estilo:

Rossini Corrêa

Capa, Projeto Gráfico e

Diagramação

Marcos Prado (61) 8432-0010

Editor Responsável:

Marcos Prado

Supervisão Editorial

Kelly Sousa

Digitação

Eduardo Malheiros

Vitor Malheiros

Impressão e Acabamento:

Novas Ideias Editora & Grafica Ltda

MALHEIROS, José Ribamar Ribeiro

Infanticídio: Crime ou Ficção Jurídica? – Rossini Corrêa - Brasília,
2012. 200 p. I. Infanticídio II. Estado Puerperal

ISBN - 978-85-913321-3-7

CONSELHO EDITORIAL

DIREÇÃO

Prof. Doutor José Rossini C. do Couto Corrêa
(Presidente)

Dra. Nirciene Rosa Laboissière
(Vice-Presidente)

Prof. MsC Ana Cristyna Macedo Leite Santos
(Secretária)

MEMBROS

Dra. Anna Raphaela Campos do Couto
Corrêa

Prof. Dr. Antônio de Moura Borges

Prof. Dra. Arinda Fernandes

Prof. MsC Danilo Nogueira Magalhães

Prof. Dr. Francisco Sales Gaudêncio

Prof. Dr. João Rezende Almeida Oliveira

Escritor José Rossini C. do Couto Corrêa
Júnior

Reitor Prof. Doutor Jovenny S. C. de Oliveira

Doutor Marcos Antônio Laboissière Júnior

Vice-Reitor Prof. Mestre Raymar Leite Santos

Prof. Dr. Raymundo Juliano do Rego Feitosa

Prof. MsC Virgínia Solino de Moraes



Editora Rossini Correa

Fone: (61) 4141-2478

editorarossini@gmail.com

Brasília-DF

450114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
REVISÃO DE LITERATURA	25
Capítulo Um	
O PROBLEMA DO INFANTICÍDIO	31
<i>O problema</i>	<i>31</i>
<i>Relevância do tema</i>	<i>33</i>
<i>A metodologia aplicada</i>	<i>33</i>
<i>Inventário histórico</i>	<i>34</i>
<i>Conceito doutrinário</i>	<i>34</i>
<i>Direito comparado</i>	<i>34</i>
<i>Análises de laudos cadavéricos – IML/DF</i>	<i>34</i>
<i>Parecer à psiquiatria e psicologia forense – IML/DF, sobre o “estado puerperal”</i>	<i>34</i>
<i>Estudo de casos</i>	<i>34</i>
<i>O estudo do parto</i>	<i>35</i>
<i>O estudo do puerpério e amniorrexe prematura</i>	<i>35</i>
Capítulo Dois	
A HISTÓRIA E O CONCEITO DO INFANTICÍDIO	37
<i>Abordagem histórica</i>	<i>37</i>
<i>Período Greco-Romano (Séc. VII - V a.C.)</i>	<i>37</i>
<i>Período Intermediário</i>	<i>37</i>
<i>Período Moderno</i>	<i>38</i>
<i>Evolução no Brasil</i>	<i>38</i>
<i>Conceito doutrinário</i>	<i>39</i>
<i>Objetividade Jurídica</i>	<i>40</i>
<i>Sujeito Ativo</i>	<i>40</i>
<i>Sujeito Passivo</i>	<i>40</i>
<i>Elemento Subjetivo do Tipo</i>	<i>40</i>

<i>Classificação Doutrinária</i>	41
<i>Consumação e Tentativa</i>	41
<i>Pena</i>	41
<i>Ação Penal</i>	41

Capítulo Três

A OBSTETRÍCIA E O INFANTICÍDIO	43
<i>Parto: conceito, tipos e fases</i>	43
<i>Conceito</i>	43
<i>Tipos</i>	43
<i>Fases</i>	44
<i>Dilatação (1º Período)</i>	44
<i>Fase de Expulsão (2º Período)</i>	45
<i>Secundamento (3º Período)</i>	45
<i>Período</i>	46
<i>Puerpério: conceito e tipos</i>	47
TRANSTORNO DE ANSIEDADE	48
TRANSTORNO DO PÂNICO	48
DEPRESSÃO MAIOR	49
ESQUIZOFRENIA	50
TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR	50
<i>Amniorrexe prematura</i>	52

Capítulo Quatro

A PERÍCIA E O INFANTICÍDIO	55
<i>A perícia no infanticídio</i>	55
<i>Sujeito Passivo</i>	55
<i>Provas de vida extrauterina</i>	56
<i>Docimasias respiratórias</i>	56
<i>Docimasias não respiratórias</i>	59
<i>Docimasias ocasionais</i>	59
<i>Provas da morte</i>	60
<i>Tempo de sobrevivência fetal</i>	62
<i>Determinação do tempo da morte fetal intra-útero</i>	62

<i>A necropsia no infanticídio</i>	63
<i>Causa Jurídica da Morte</i>	67
<i>Sujeito Ativo</i>	68
<i>Sinais de parto recente e antigo</i>	68
<i>Estado psíquico da autora</i>	69
<i>Disforia do pós-parto (maternity blues)</i>	70
<i>Depressão pós-parto</i>	71
<i>Psicose Puerperal</i>	71
<i>Exame Comum (Sujeito ativo/passivo)</i>	73
<i>O Estado Puerperal</i>	73
<i>Parecer Psiquiátrico</i>	77
<i>Parecer psicológico</i>	79
Capítulo Cinco	
O INFANTICÍDIO E A IMPUTABILIDADE PENAL	85
<i>Verificação Da Existência Ou Não de Transtorno Mental</i>	86
<i>Constatação Do Nexo De Causalidade</i>	86
<i>Avaliação Da Capacidade De Entendimento</i>	86
<i>Avaliação Da Capacidade De Determinação</i>	87
Capítulo Seis	
CONCURSO DE PESSOAS NO INFANTICÍDIO	91
Capítulo Sete	
PUERPÉRIO OBSTÉTRICO X ESTADO PUERPERAL JURÍDICO	95
Capítulo Oito	
O INFANTICÍDIO E O DIREITO COMPARADO	99
<i>Direito comparado</i>	99
<i>Parte 1: Normas Penais</i>	99
<i>Código Penal da Argentina – Art. 80 e Art.81</i>	99
<i>Código Penal da Bolívia – Art. 258</i>	100
<i>Código Penal do Chile – Art. 394</i>	100
<i>Código Penal da Colômbia – Art. 328</i>	100

<i>Código Penal do Equador – Art. 453</i>	101
<i>Código Penal da Espanha – Art. 138</i>	101
<i>Código Penal da Guatemala – Art. 129</i>	101
<i>Código Penal de Honduras – Art. 123</i>	101
<i>Código Penal do México – Art.302 e Art.310</i>	101
<i>Código Penal da Nicarágua – Art. 126</i>	102
<i>Código Penal do Paraguai – Art. 105, § 3º, II</i>	102
<i>Código Penal do Peru – Art. 110</i>	102
<i>Código Penal de Portugal – Art. 136</i>	102
<i>Código Penal da República Dominicana – Art. 300</i>	102
<i>Código Penal de El Salvador – art. 129</i>	102
<i>Código Penal do Uruguai – Art. 313</i>	103
<i>Código Penal da Venezuela – Art. 411</i>	103
<i>Código Penal do Canadá – Art. 237</i>	103
<i>Código Penal da Itália – Art. 578</i>	103
<i>Código Penal da Inglaterra – Infanticide act, 1938</i>	104
<i>Parte 2: Análise</i>	105
<i>Infanticídio como conduta de homicídio simples</i>	105
<i>Infanticídio como tipo privilegiado do homicídio sem mencionar o critério</i>	105
<i>Infanticídio como crime autônomo sem mencionar o critério</i> ..	106
<i>Infanticídio – influência do Estado Puerperal</i>	107
<i>Infanticídio – motivo de honra</i>	107
<i>Homicídio Privilegiado – motivo de honra</i>	109
<i>Homicídio Qualificado</i>	109
<i>Infanticídio – Alterações Psicopatológicas</i>	109

Capítulo Nove

A REFORMA DO CÓDIGO PENAL E O INFANTICÍDIO	111
<i>A reforma da parte especial do Código Penal x infanticídio</i> ...	111
<i>Do Relatório</i>	111
<i>Do Anteprojeto de Lei</i>	117
<i>Estado Puerperal Velado</i>	120
<i>O Parto como Influência Perturbadora</i>	121
<i>Projeto de Lei 1.262/2003</i>	121
<i>A reforma do código Penal de 2012</i>	128

Capítulo Dez

ESTUDO DE CASOS	131
<i>Citações iniciais</i>	<i>131</i>
<i>Perícia no sujeito passivo</i>	<i>131</i>
<i>Casos jurídicos</i>	<i>141</i>
<i>Casos clínicos/hospitalares</i>	<i>157</i>
<i>Estatística de incidência do estado puerperal em dois hospitais públicos do Distrito Federal</i>	<i>162</i>
<i>Experiência do autor</i>	<i>164</i>

Capítulo Onze

AS REPERCUSSÕES DO INFANTICÍDIO (NORMA) NA SOCIEDADE	167
---	------------

Capítulo Doze

O INFANTICÍDIO: FRENTE AO TRABALHO DE PESQUISA .	177
---	------------

Capítulo Treze

RESPONDENDO A PERGUNTA: INFANTICÍDIO, CRIME OU FICÇÃO?	181
---	------------

Capítulo Quatorze

PREVENINDO O CRIME	187
---------------------------------	------------

Capítulo Quinze

CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
-----------------------------------	------------

Anexo

SUGESTÕES LEGISLATIVAS	197
BIBLIOGRAFIA.....	203